PROJETO DE LEI Nº , DE 2015
(Do Sr. Felipe Bornier)

Institui o Fundo de Financiamento das Políticas Públicas de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNPED).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Institui o Fundo de Financiamento das Políticas Públicas de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida (FUNPED).

Art. 2º Fica instituído o Fundo de Financiamento das Políticas Públicas de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNPED), de natureza contábil, que tem por finalidade assegurar recursos com vistas à promoção da acessibilidade, da autonomia, da inclusão e da participação social da pessoa com deficiência, ou com mobilidade reduzida.

§ 1º Constituem recursos do Fundo de Financiamento das Políticas Públicas de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNPED):

I - as multas e indenizações decorrentes da aplicação da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, desde que não destinadas à reparação de danos e interesses individuais;

II - parcela definida em regulamento das multas e indenizações decorrentes do descumprimento do disposto no art. 93, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

III - 0,5% (meio por cento) dos valores recolhidos pelas companhias seguradoras por conta do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres de que trata a Lei nº 6.194, de 09 de dezembro de 1974;

IV - dotações consignadas ao Fundo à conta do Orçamento Geral da União, inclusive do orçamento da seguridade social;

V - rendimentos provenientes da aplicação dos recursos do Fundo enquanto não alocados na execução das iniciativas associadas à promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

VI - doações ao Fundo de pessoas físicas ou jurídicas, observado o disposto nos arts. 3, 4, 5 desta Lei;

VII - contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais;

VIII - 0,5% (meio por cento) do produto da arrecadação da concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequência de que trata o art. 48, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

IX - outras fontes que vierem a ser destinadas ao Fundo.

Art. 3º As pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou residentes no País, que fizerem doações ao Fundo de Financiamento das Políticas Públicas de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNPED), nos termos do inciso III, do art. 2, observado o disposto nos arts. 4, 5 e 6, poderão deduzir do Imposto de Renda devido parcela dos recursos transferidos, devidamente comprovados, vedada a dedução como despesa operacional, nos seguintes limites:

I - no caso de pessoas físicas, 70% (setenta por cento) do valor das doações;

II - no caso de pessoa jurídica, 60% (sessenta por cento) do valor das doações.

Parágrafo único. É vedado o aproveitamento das doações a que se refere o *caput* como despesas na determinação da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas e da contribuição social para o lucro líquido.

Art. 4º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.12.....

IX - as doações efetuadas em favor do Fundo de Financiamento das Políticas Públicas de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNPED);

.....” (NR)

Art. 5º A dedução das doações das pessoas jurídicas ao Fundo de Financiamento das Políticas Públicas de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNPED) não poderá, quando considerada isoladamente, exceder a 4% (quatro por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Parágrafo único. O somatório da dedução de que trata o caput com as deduções, a que se refere o inciso II do art. 6º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, não pode exceder a 4% (quatro por cento) do imposto devido pela pessoa jurídica.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Na atualidade o que se almeja é uma sociedade que ofereça condições de oportunidades com igualdade entre os cidadãos. Nesse sentido, a Constituição Federal subsidia-se no Princípio da Igualdade.

Destarte, a busca incessante pela inclusão das pessoas com deficiência tem auferido importantes conquistas.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece de forma apropriada um conjunto de normas e critérios para a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Contudo, ainda há uma lacuna em relação ao financiamento das ações de forma mais objetiva, que ampare a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, sobretudo para as pessoas menos providas de recursos, situadas nessa condição.

Entretanto, para alcançar uma sociedade inclusiva, faz-se necessária a implementação de políticas públicas, que propiciem a inserção das pessoas com deficiência em todos os setores.

Em face desta constatação é que se propõe o presente projeto de lei para, assim, criar fontes orçamentárias seguras destinadas a financiar os projetos e as demais ações - no âmbito da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios-, que tenham como objetivo facilitar a vida pessoal e profissional das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A proposta inova em relação às suas fontes regulares de recursos, com a possibilidade de as doações, das pessoas físicas e jurídicas ao FUNPED, serem beneficiadas com deduções do imposto de renda, de forma análoga com o que já ocorre nos casos das doações que são feitas pelas pessoas físicas e jurídicas para os Fundos da Criança e do Adolescente, na União, nos Estados e Distrito Federal e nos Municípios.

Ante o exposto - em atendimento ao disposto no art. 23, inciso II, da Constituição Federal, de 1988 -, que imputa competência Comum entres os entes federados para cuidar da proteção e da garantia das pessoas com deficiências, pedimos o apoio aos Nobres Pares na aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2015.

DEPUTADO FELIPE BORNIER
(PSD/RJ)